



**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR
CBHG
CNPJ: 04.854.197/0001-87**

CONTÉM:

1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
2. BALANÇO PATRIMONIAL
3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5. DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
6. NOTAS EXPLICATIVAS



DT-P 19-010

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Presidente e Diretores

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR - CBHG
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social, Superávit ou Déficit acumulados, do Fluxo de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR** em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Entidade apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 35.983 (trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e três reais) em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 86.387,79 (oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos). A partir de 2016, a entidade tem gerado receitas administrativas próprias, focalizando obter superávit, porém ainda insuficientes para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade cada vez maior, atingindo um patamar de suficiência e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação, conforme descrito na Nota Explicativa Nº 2

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca
Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: inden@inden.com.br



Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outros auditores, que emitiram relatório em 23 de fevereiro de 2018, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 20 de Março de 2019.

INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20 - IBRACON: 031
SERGIO PAULO DA SILVA
Contador CRC-RJ 087960/O-0 - IBRACON 4061
SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR
CNPJ: 04.854.197/0001-87

BALANÇO PATRIMONIAL

| ATIVO | 2018 | 2017 |
|-------------------------------|--------------------|--------------------|
| CIRCULANTE | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 283.480,66 | 134.810,50 |
| Outros Devedores | 86.460,59 | 12.608,24 |
| TOTAL CIRCULANTE | 369.941,25 | 147.418,74 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Imobilizado Líquido | 349,98 | 596,98 |
| TOTAL NÃO CIRCULANTE | 349,98 | 596,98 |
| VALOR TOTAL ATIVO | 370.291,23 | 148.015,72 |
| PASSIVO | 2018 | 2017 |
| CIRCULANTE | | |
| Contas a Pagar | 266.411,13 | 41.938,12 |
| Remunerações a Pagar | 1.033,09 | - |
| Tributos a Recolher | 36.193,41 | 35.646,59 |
| Outros Credores | 28.198,17 | 64.560,10 |
| Provisão de Férias | 74.438,90 | 92.258,70 |
| TOTAL CIRCULANTE | 406.274,70 | 234.403,51 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Superávit / Déficit Acumulado | (35.983,47) | (86.387,79) |
| TOTAL NÃO CIRCULANTE | (35.983,47) | (86.387,79) |
| VALOR TOTAL PASSIVO | 370.291,23 | 148.015,72 |



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR
CNPJ: 04.854.197/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO

| | 2018 | 2017 |
|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| RECEITAS | | |
| COB - Comitê Olímpico Brasileiro | 2.287.355,90 | 2.294.105,02 |
| Ministério dos Esportes | - | 805.312,08 |
| Ajuste Me | - | 23.453,43 |
| Devoluções ME | - | (828.766) |
| Receitas Administrativas | 123.335,06 | 78.037,96 |
| TOTAL DE RECEITAS | 2.410.690,96 | 2.372.142,98 |
| DESPESAS | | |
| COB - Comitê Olímpico Brasileiro | (2.287.355,90) | (2.294.105,02) |
| Ministério dos Esportes | 0,00 | 0,00 |
| COB - Desp. Solidariedade Olímpica | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Administrativas | (72.930,74) | (49.394,58) |
| TOTAL DE DESPESAS | (2.360.286,64) | (2.343.499,60) |
| RESULTADO DO PERÍODO | 50.404,32 | 28.643,38 |



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR
CNPJ: 04.854.197/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

| | 2018 | 2017 |
|--|--------------------------|------------------------------|
| Superávit / Déficit do Exercício | <u>50.404,32</u> | <u>28.643,38</u> |
| | 50.404,32 | 28.643,38 |
| Fluxo de Caixa / Ativ. Operacionais | <u>98.018,84</u> | <u>(1.044.268,97)</u> |
| Outros Credores | (36.361,93) | (28.984,50) |
| Tributos e Contribuições | 546,82 | (4.584,17) |
| Remunerações a Pagar | 1.033,09 | (14.770,27) |
| Contas a Pagar | 224.473,01 | (998.564,52) |
| Provisão de Férias | (17.819,80) | 9.880,49 |
| Outros Devedores | (73.852,35) | (7.246,00) |
| Depreciações | 247,00 | 247,00 |
| Aumento Caixa e Equi. Caixa | <u>148.670,16</u> | <u>(1.015.378,59)</u> |
| Caixa e Equiv. Caixa no Início exerc. | 134.810,50 | 1.150.189,09 |
| Caixa e Equiv. Caixa no Final exerc. | 283.480,66 | 134.810,50 |



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR
CNPJ: 04.854.197/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMONIO SOCIAL

| | Superávit Acumulado | TOTAL |
|-----------------------------|----------------------------|--------------------|
| Saldo em 31/12/2016 | (115.031,17) | (115.031,17) |
| Superávit do Exercício 2017 | <u>28.643,38</u> | <u>28.643,38</u> |
| Saldo em 31/12/2017 | (86.387,79) | (86.387,79) |
| Superávit do Exercício 2018 | <u>50.404,32</u> | <u>50.404,32</u> |
| Saldo em 31/12/2018 | (35.983,47) | (35.983,47) |



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR
CNPJ: 04.854.197/0001-87

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor, designada pela sigla CBHG, fundada em 23 de agosto de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, é uma associação de fins não econômicos, com prazo de duração indeterminado, de caráter desportivo, formada pelas suas Filiadas, Entidades de Administração do Desporto da respectiva modalidade no âmbito territorial das Unidades de Federação, tem por fim coordenar todos os aspectos relativos à prática e à gestão da modalidade de Hóquei sobre a Grama e Indoor no território brasileiro, bem como representar a respectiva modalidade para todos os fins perante toda pessoa, física, brasileira ou estrangeira, jurídica, de direito público, interno ou externo, ou privada, nacional, internacional ou estrangeira.

A CBHG, como Entidade Nacional de Administração do Desporto de modalidade de Hóquei sobre a Grama e Indoor, é filiada à *Pan American Hockey Federation – PAHF International Hockey Federation – FIH*, e por esta reconhecida como a única entidade responsável pela organização da prática e gestão da modalidade no território brasileiro, bem como pela representação do Hóquei sobre a Grama e Indoor brasileiro perante todas e quaisquer pessoas, física, brasileira ou estrangeira, jurídica, de direito público, interno ou externo, ou privada, nacional, internacional ou estrangeira.

A CBHG é filiada ao Comitê Olímpico do Brasil, designado pela sigla COB, e por este reconhecida como única representante da modalidade de Hóquei sobre a Grama e Indoor perante o Olimpismo nacional, internacional e estrangeiro.

A CBHG, dentro da sua finalidade desportiva, tem como objetivo a formação e difusão do civismo, da cultura, da educação, da ciência, da recreação e da assistência social entre todos os que lhe sejam ligados, direta ou indiretamente, por força do Hóquei sobre a Grama e Indoor.

2. Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal das operações, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade apresenta déficits acumulados de R\$ 35.983 (R\$ 86.387 em 31 de dezembro de 2017).

A partir de 2016, a entidade tem gerado receitas administrativas próprias, focalizando obter superávit, porém ainda insuficientes para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade cada vez maior, atingindo um patamar de suficiência e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação.



3. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

3.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

3.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Desse modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio social a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

d. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social, em virtude de sua operação e não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

e. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.



4. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

| | 2018 | 2017 |
|---|----------------|----------------|
| Caixa | 5.196 | 4.041 |
| Caixa Econômica Federal – COB | 2.451 | 7.590 |
| Banco Bradesco – Recursos próprios | 1 | 1 |
| Bancos contas correntes | 2.452 | 7.591 |
| Caixa Econômica Federal – COB | 274.535 | 77.724 |
| Banco Bradesco – Recursos próprios | 1.298 | 36.399 |
| Caixa Econômica Federal – Recursos próprios | - | 9.056 |
| Aplicações financeiras | 275.833 | 123.179 |
| | 283.481 | 134.811 |

4.1. Devedores diversos

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------|---------------|---------------|
| Contas a receber | 12.021 | 12.608 |
| Dispêndios antecipados | (i) 74.439 | - |
| Outros devedores | 86.460 | 12.608 |

(i) Em face da obrigatoriedade legal da provisão de férias, e considerando que não é uma despesa para a CBHG, mas sim valor que o COB vai disponibilizar ao longo do ano de 2019 via projetos.

5. Imobilizado

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

| | 2018 | | | 2017 |
|------------------------------------|-----------------------------|--------------|-----------------------|----------------|
| | Taxas Anuais de Depreciação | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Residual |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 10% | 2.470 | (2.120) | 350 |
| Equipamentos de informática | 20% | 2.400 | (2.400) | - |
| | | 4.870 | (4.520) | 350 |
| | | | | 597 |



6. Contas a pagar

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Caixa Econômica Federal – COB | (i) 282.539 | 68.398 |
| Outras provisões a pagar | <u>12.071</u> | <u>38.100</u> |
| | <u>294.610</u> | <u>106.498</u> |

(i) Durante o exercício de 2018, a Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 2.287.356 (R\$ 2.294.105 em 2017), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$ 282.539 (R\$ 68.398 em 2017), será devolvido ao COB ou aplicado em despesas do próprio projeto, vencíveis no exercício seguinte.

7. Patrimônio social

O Patrimônio Social é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referente às operações inerentes à Entidade.

8. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seu assessor jurídico, e quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico, não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões contábeis.

A Entidade tem 01 ação de natureza cível com valor atribuído de R\$ 10.000, envolvendo riscos de perda classificado como possível, com base na avaliação de seu assessor legal, para as quais não há necessidade de provisão contábil.

9. Lei Agnelo/Piva

A Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor recebeu recursos da Lei Agnelo/Piva para utilização no objeto social da Entidade. Esse montante é registrado em caixa e equivalentes de caixa ou em contrapartida de contas a pagar. Durante o exercício, a Entidade utilizou o montante de R\$ 2.287.356 (R\$ 2.294.105 em 2017) nas operações do objeto social da Entidade, registrando receitas e despesas de igual montante para manter o equilíbrio na apuração do resultado deste convênio, conforme demonstramos a seguir:



| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|--------------------|--------------------|
| Receitas da Lei Agnelo Piva | 2.287.356 | 2.294.105 |
| Total da Receita Apropriada | 2.287.356 | 2.294.105 |
| Programa de Projeto / Fomento | (291.201) | (298.879) |
| Desenvolvimento e Manutenção do Desporto | (391.286) | (427.191) |
| Formação de Recursos Humanos | (4.771) | - |
| Preparação Técnica | (677.669) | (455.368) |
| Participação em Eventos Esportivos | (704.429) | (848.667) |
| Remuneração de Dirigentes Estatutários | (218.000) | (264.000) |
| Total dos Gastos Apropriados | (2.287.356) | (2.294.105) |

10. Receitas de recursos próprios

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|-----------------------------|----------------|---------------|
| Reversão provisão de férias | 69.669 | - |
| Receitas eventuais | 732 | 12.483 |
| Mensalidades e Taxas | 52.278 | 65.555 |
| | 122.679 | 78.038 |

11. Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico Brasileiro emitiu a Instrução Normativa COB nº 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei nº 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração de dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013.

A remuneração paga a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014. No exercício de 2018 e 2017 foram registrados R\$ 184.000 de remuneração e R\$ 36.800 de encargos de INSS, totalizando R\$ 220.800.

12. Despesas operacionais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|---------------|---------------|
| Despesas Gerais | 58.923 | 30.780 |
| Despesas com Pessoal | 2.933 | 10.950 |
| Despesas com Tributos, Taxas e Contribuições | 1.329 | 1.242 |
| Despesas Financeiras | 9.089 | 6.423 |
| | 72.274 | 49.395 |